

SAÚDE BUCAL INCLUSIVA

um relato sobre o amadurecimento de um projeto de extensão no Paraná

INCLUSIVE ORAL HEALTH

a report on the maturation of an extension project in Paraná

Giselle Emilãine da Silva Reis¹
Amanda Kerin Alves Cavalheiro²

João Rodrigo Sarot³
Yasmine Mendes Pupo⁴

RESUMO

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência do amadurecimento de um programa de extensão em saúde bucal para pessoas com necessidades específicas, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), detalhando os benefícios de agregar ao projeto a possibilidade de fornecer a esse grupo de indivíduos o atendimento odontológico em ambiente hospitalar. O referido projeto de extensão existe desde o ano de 2016 e realiza atividades em quatro escolas de educação especial em Curitiba. Durante as atividades extensionistas, são realizadas triagens com o objetivo de verificar as necessidades de tratamento das pessoas com deficiências. As pessoas são, então, encaminhadas para receber os atendimentos na clínica de Odontologia da UFPR. Contudo, muitos desses pacientes possuem alta complexidade de tratamento e impossibilidade de manejo ambulatorial, por isso a parceria entre UFPR e o Complexo Hospital de Clínicas (CHC-UFPR), firmada no ano de 2019, foi essencial para garantir tratamento humanizado e integral a essas pessoas. Os atendimentos hospitalares são realizados com anestesia geral e permitem a condução de tratamentos complexos. Esse projeto é importante para atender uma demanda antes reprimida em nossa universidade, além de proporcionar experiência diferenciada aos acadêmicos de Odontologia envolvidos, tornando-os profissionais mais humanos e com olhar voltado à integralidade no cuidado.

Palavras-chave: Saúde bucal; Pessoas com necessidades específicas; Pessoas com deficiência intelectual.

ABSTRACT

The objective of this work is to report the experience of the maturation of an extension program in oral health for people with specific needs, from the Federal

1 Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Curitiba, PR, Brasil. Doutora em Clínica Odontológica pela UFPR. E-mail: gisellereis_86@hotmail.com

2 Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Curitiba, PR, Brasil. Graduada em Odontologia pela UFPR

3 Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Curitiba, PR, Brasil. Doutor em Implantodontia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis, SC, Brasil

4 Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Curitiba, PR, Brasil. Doutora em Odontologia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - Ponta Grossa, PR, Brasil

University of Paraná (UFPR), detailing the benefits of adding to the project the possibility of providing this group of individuals with dental care in a hospital environment. The extension project has existed since 2016 and carries out activities in four special education schools in Curitiba. During the extension activities, screenings are carried out to verify the treatment needs of people with disabilities. The people are then referred to receive care at the UFPR Dentistry Clinic. However, many of these patients have high treatment complexity and impossibility of outpatient management, which is why the partnership between UFPR and the Clinical Hospital Complex (CHC-UFPR), established in 2019, was essential to ensure humanized and comprehensive treatment for people with specific needs. Hospital care is provided under general anesthesia and allows for the conduction of complex treatments. This project is important to meet a previously suppressed demand at our university, in addition to providing differentiated experience to the dental students involved, making them more human professionals with a focus on comprehensive care.

Keywords: Oral health; People with special needs; Individuals with intellectual disabilities.

INTRODUÇÃO

De acordo com o art. 2º da Lei nº 13.146 (Brasil, 2015), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Segundo o último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas com dois anos ou mais, correspondendo a 8,9% da população dessa faixa etária.

Estudos relatam que pessoas com deficiência possuem piores indicadores de saúde geral e bucal quando comparados com a população em geral (Alves *et al*, 2018), e, por isso, merecem uma maior atenção por parte dos profissionais de saúde. Em contrapartida, o número de profissionais dispostos e preparados para o atendimento dessa população é redu-

zido, sendo inclusive uma das causas para essa situação (Spezzia; Bertolini, 2017). De acordo com a última atualização do Conselho Federal de Odontologia (CFO), o número de especialistas na área de Odontologia para pacientes com necessidades específicas ainda é reduzido quando comparados às outras especialidades, totalizando 925 profissionais, ou seja, 0,7% do total de cirurgiões dentistas brasileiros (CFO, 2024).

Outro fato é que grande parte das pessoas com deficiência intelectual possui alterações de comportamento que dificultam ou até mesmo impossibilitam o atendimento odontológico em ambiente ambulatorial, fazendo-se necessária a intervenção em ambiente hospitalar (Molina; Faulks; Frencken, 2015). Nesses casos, o tratamento odontológico hospitalar sob sedação permite a realização de uma reabilitação oral completa, desde procedimentos simples, como profilaxia, até os mais complexos, como cirurgias (Andrade; Eleutério, 2016). As

indicações para tratamento odontológico sob anestesia geral são: deficiência intelectual, limitações físicas, distúrbios de movimento, transtornos comportamentais e doenças crônicas (Santos *et al.*, 2015).

Nesse sentido, este relato de experiência tem o objetivo de apresentar a evolução do projeto de extensão Saúde Bucal Inclusiva, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), destacando os benefícios obtidos ao integrar o atendimento odontológico em ambiente hospitalar. O trabalho descreve a experiência de amadurecimento do programa, evidenciando os ganhos proporcionados pela ampliação do projeto.

2. DISCIPLINA "ODONTOLOGIA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS" E PROJETO DE EXTENSÃO

No último ano do curso de Odontologia da UFPR, os estudantes têm a disciplina "Odontologia para pacientes com necessidades especiais". A disciplina tem um total de 75 horas e é dividida entre conteúdo teórico e conteúdo prático. Na parte teórica, ocorre administração de aulas sobre as especificidades odontológicas nas diferentes particularidades no que concerne às pessoas com necessidades específicas, abordando desde gestantes, diabéticos, cardíacos até indivíduos síndrômicos e com deficiência física e intelectual.

O atendimento às pessoas com necessidades específicas é opcional aos acadêmicos e, além destes, participam também os integrantes do projeto de extensão e estudantes de mestrado e doutorado. Grande parte dos pacientes atendidos chega até a UFPR por meio do projeto extensionista, que é desenvolvido pela equipe em diferentes escolas de educação especial (Figura 1). O projeto ocorre desde o ano de 2016 e tem como foco a promoção e prevenção da saúde bucal por meio de visitas

semanais nas instituições participantes, onde se realizam diferentes atividades.

Figura 1. Imagens ilustrando a atividade extensionista



Fonte: acervo dos autores. As pessoas nas fotografias autorizaram a divulgação de suas imagens.

São realizadas orientações em saúde lúdicas para as pessoas com deficiência intelectual com o objetivo de familiarizá-las com os acadêmicos e com os temas relacionados à saúde bucal. Também são realizadas atividades de orientação aos pais e responsáveis pela saúde bucal dos alunos das instituições participantes. A faixa etária das pessoas com deficiência intelectual institucionalizadas compreende entre 6 e 70 anos. As escolas contam com o trabalho de assistência social, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e medicina. O fato de não haver um cirurgião-dentista vinculado às instituições foi um fator decisivo no momento da escolha do cenário de desenvolvimento das atividades extensionistas.

Durante o projeto de extensão, ocorrem avaliações das necessidades de tratamento odontológico das pessoas institucionalizadas, sendo, a partir disso, definidos aqueles que necessitam de atendimento. Sendo assim, uma lista é entregue à assistência social da

instituição, que fica encarregada pelo contato com os responsáveis, e aqueles que não possuem acesso ao atendimento odontológico são encaminhados para atendimento na universidade.

3. ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA UFPR

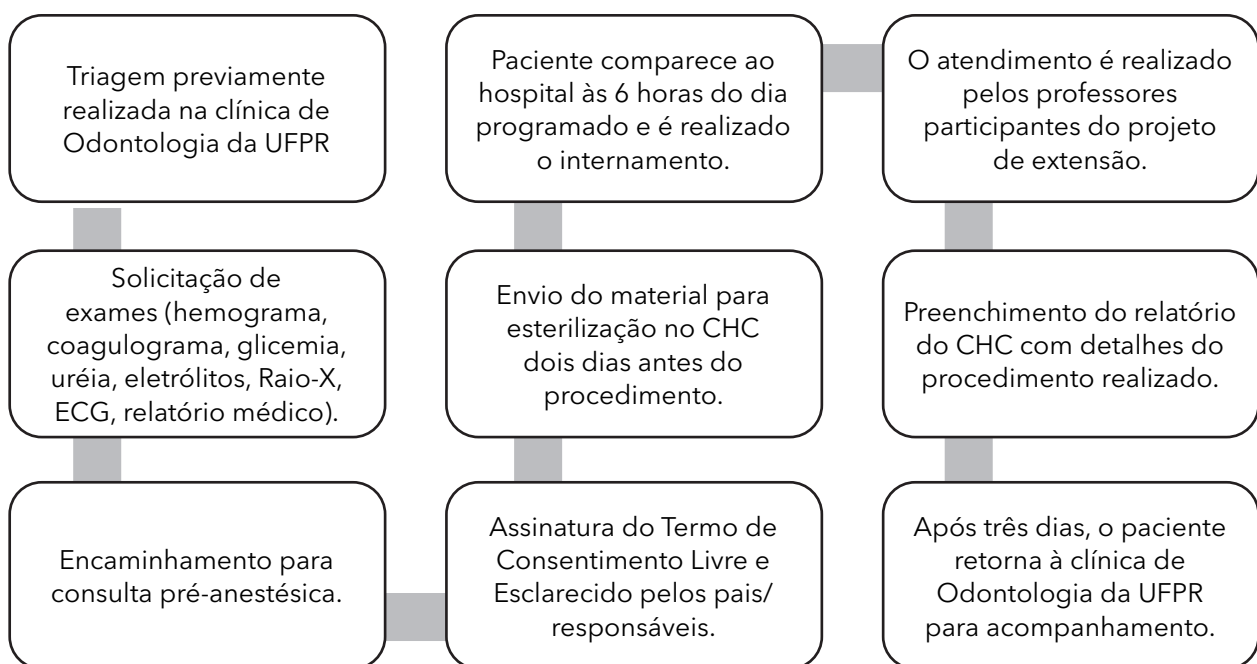
Os indivíduos identificados com necessidade de tratamento odontológico o recebem preferencialmente na clínica de pacientes com necessidades específicas do curso de Odontologia da UFPR, através de atendimentos semanais realizados pelos alunos da graduação. A abordagem odontológica a essas pessoas muitas vezes requer um cuidado além do oferecido em ambiente ambulatorial. Devido às alterações cognitivas desses pacientes, é indicado um manejo diferencial e a realização do procedimento odontológico em âmbito hospitalar.

Assim, com alguma frequência, nos deparamos com situações em que o indivíduo não

demonstra a colaboração necessária para receber o tratamento de forma tradicional. Ou, por outro lado, casos em que o paciente possui complicações sistêmicas ou necessidade de tratamentos odontológicos de alta complexidade, que não tornam seguro o tratamento em âmbito ambulatorial.

Para a resolução desses casos, no ano de 2019 estabeleceu-se parceria com o Complexo Hospital de Clínicas (CHC) da UFPR, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, possibilitando o atendimento desses indivíduos em centro cirúrgico, sob anestesia geral. Até o presente momento, foram realizados 18 atendimentos de pessoas com necessidades específicas, englobando pessoas com deficiência intelectual, síndrome de Down, transtorno do espectro autista e síndrome de lipomatose generalizada congênita (síndrome do bebê pneumático Michelin). Todos os indivíduos atendidos apresentavam demanda de tratamentos odontológicos complexos, os quais foram submetidos à triagem por meio do projeto de extensão em tela. O fluxo de atendimentos está representado na Figura 2.

Figura 2. Fluxo de atendimentos no CHC da UFPR



Fonte: elaborado pelos autores.

Os procedimentos realizados em ambiente hospitalar abrangem exodontias, raspagem e alisamento radicular, selantes ionoméricos, aplicação tópica de flúor e, em especial, o tratamento restaurador atraumático (ART). A figura 3 exemplifica um caso manejado no CHC-UFPR, demonstrando o atendimento de um paciente de nove anos de idade, com transtorno do espectro autista e epilepsia, sob tratamento com polimedicamentos, em que, após diversas tentativas de manejo em

ambiente clínico, ele não aderiu ao tratamento, sendo necessário, devido à necessidade de tratamento odontológico acumulada, que o paciente fosse atendido sob anestesia geral. Foi utilizada intubação nasotraqueal, sendo confeccionado, após a indução anestésica, um tampão com gaze para evitar que o paciente deglutisse ou broncoaspirasse qualquer solução ou detrito. Foram realizadas exodontias, raspagem e alisamento radicular, ART e aplicação de verniz com flúor.

Figura 3. Imagens ilustrando o atendimento de paciente com transtorno do espectro autismo em centro cirúrgico



Fonte: acervo dos autores.

4. ESPECIFICIDADES DO TRATAMENTO ODONTOLÓGICO EM ÂMBITO HOSPITALAR

A sedação intravenosa é um método anestésico que utiliza medicamentos administrados por via intravenosa para induzir um estado de relaxamento profundo e bloquear a percepção da dor. Dessa forma, possibilita a redução controlada do nível de consciência, mantendo as vias aéreas respiratórias devidamente oxigenadas e a respiração espontânea adequada.

Para iniciar o procedimento anestésico, é administrado um pré-sedativo, o Maleato de Midazolam, seja por via intramuscular ou intravenosa, dependendo do nível de agitação psicomotora do paciente. Em crianças, opta-se pelo Droperidol-Fentanil, administrado via intramuscular, e, em casos de alergias prévias, a Fenotiazina é associada. Em situações em que, mesmo após a administração do pré-sedativo, o paciente permanece ativo, dificultando o afastamento dos responsáveis, permite-se a entrada na sala cirúrgica do responsável com maior vínculo afetivo. Nesse momento, é aplicada uma máscara com anestésico volátil para induzir o sono do paciente, e concluindo o suporte psicológico necessário.

Após a etapa do pré-sedativo, é administrada a medicação Atropina para manter os níveis adequados de umidade da cavidade bucal e prevenir possíveis padrões anormais de reflexos cardíacos. Em seguida, é realizada a administração de Succinilcolina, que promove o relaxamento muscular de ação rápida como preparação para a manobra de intubação. Após o paciente estar anestesiado e intubado, um tamponamento de gaze umedecida é colocado na orofaringe com o objetivo de evitar a entrada de detritos durante o procedimento, ou posterior aspiração deles, além de sangue, muco ou de algum instrumento utilizado durante o

procedimento. Durante todo o processo, o paciente deve ter seus sinais vitais monitorados por um médico anestesista.

No pós-operatório, ao término do procedimento, o paciente é levado para a sala de repouso e colocado na posição de decúbito lateral para facilitar a drenagem da saliva e do sangue, impedindo sua deglutição. A alta hospitalar pode ser autorizada pelo médico anestesista, pelo cirurgião-dentista ou pelo médico do paciente, e está condicionada exclusivamente à recuperação da anestesia geral. Existem recomendações específicas que devem ser feitas aos responsáveis para o acompanhamento durante as primeiras 24 horas após o procedimento, abordando sangramento, dor, alimentação e elevação da temperatura.

No caso de sangramento pós-operatório, é importante realizar compressão local com compressa de gaze por 20 a 30 minutos. Dores musculares e sensibilidade na garganta e faringe são reações normais, e geralmente desaparecem dentro de 24 a 36 horas. Analgésicos podem ser prescritos para auxiliar. Tratando-se da alimentação, é recomendado que, durante as primeiras horas, a ingestão deve ser líquida, em pequenas porções e repetidas em intervalos curtos. É importante salientar que poderão ocorrer vômito sem maiores consequências. Em relação à elevação de temperatura, os responsáveis devem ser informados de que pode haver febre nas primeiras 24 horas, podendo ser controlada com antitérmicos.

É importante notificar que qualquer anormalidade dentro dessas recomendações deve ser imediatamente comunicada ao cirurgião dentista e/ou médico do paciente. Os responsáveis devem estar cientes de todo o tratamento realizado, bem como da necessidade de prevenção para a manutenção da saúde bucal do paciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação do atendimento para pacientes com altos níveis de complexidade tornou possível o atendimento pela UFPR de uma demanda até então reprimida. Esse processo contribuiu para devolver a qualidade de vida e restabelecer a saúde bucal dos indivíduos atendidos.

Além disso, os acadêmicos participantes do projeto de extensão têm a possibilidade de participar do convívio multiprofissional mui-

tas vezes escasso nos cursos de Odontologia. Tal pluralidade pode contribuir para o ensino e o reforço da relevância da extensão universitária, beneficiando todas as profissões pela troca contínua de experiências. Desta forma, o trabalho interdisciplinar e humanizado, aliado à atenção e compreensão por parte do profissional, tem proporcionado melhorias na promoção de saúde mental e garantido maior retenção do conhecimento por meio das práticas integrais realizadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francielle *et al.* Acessibilidade à saúde bucal de pessoas com Deficiência Intelectual na perspectiva do cuidador: uma avaliação qualitativa. **Revista Brasileira de Odontologia**, Rio de Janeiro, v. 75, n. 1107, p. 1-7, ago. 2018. Disponível em: [p://dx.doi.org/10.18363/rbo.v75.2018.e1107](https://dx.doi.org/10.18363/rbo.v75.2018.e1107). Acesso em 10 de abril de 2024.

ANDRADE, Ana Paula; ELEUTÉRIO, Adriana. Pacientes portadores de necessidades especiais: abordagem odontológica e anestesia geral. **Revista Brasileira de Odontologia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 1/2, p. 66, jan. 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.18363/rbo.v72.2015.e616>. Acesso em 10 de abril de 2024.

BRASIL. **Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 de jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 10 de abril de 2024.

CFO – Conselho Federal de Odontologia. **Quantidade Geral de Cirurgiões-Dentistas Especialistas.** Disponível em: <https://website.cfo.org.br/estatisticas/quantidade-geral-de-cirurgioes-dentistas-especialistas>. Acesso em 11 de abril de 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. **Censo Demográfico 2022.** Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://>

biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794. Acesso em 10 de abril de 2024.

MOLINA, Gustavo; FAULKS, Denise; FRENCKEN, Joanes. Acceptability, feasibility and perceived satisfaction of the use of the Atraumatic Restorative Treatment approach for people with disability. **Brazilian Oral Research**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 1-9, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-3107BOR-2015.vol29.0097>. Acesso em 10 de abril de 2024.

SANTOS, Jacqueline Silva *et al.* Utilização dos serviços de atendimento odontológico hospitalar sob sedação e/ou anestesia geral por pessoas com necessidades especiais no SUS-MG, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 515-524, fev. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015202.06732014>. Acesso em 10 de abril de 2024.

SPEZZIA, Sérgio; BERTOLINI, Silvia. Ensino odontológico para pacientes especiais e gestão em saúde. **Journal of Oral Investigations**, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 85, 4 ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2238-510X/j.oralinvestigations.v6n1p85-98>. Acesso em 10 de abril de 2024.

Recebido em: 16.04.2024

Revisado em: 28.05.2024

Aprovado em: 10.06.2024